

Tempestade em copo d'água

Gilberto Leite



A distribuição das poucas vacinas que Mato Grosso recebeu até o momento causou um grave problema político na última semana, depois de o deputado estadual Ulysses Guimarães (PSL) questionar o suposto sumiço de mais de 30 mil doses do imunizante. O parlamentar chegou a dizer que iria denunciar à Polícia Federal e ao Ministério Público o tal desaparecimento da vacina. Apesar de todo o rolo, a pergunta continua no ar: onde estão as doses da vacina? O Estadão Mato Grosso foi atrás da resposta

PÁG. 7

Turismo busca demanda local

Com o cancelamento do Carnaval 2021 em Mato Grosso, os planos de viagens de quem contava com o feriado prolongado nos dias 15, 16 e 17 fevereiro ficaram frustrados. Por hábito, muitos aproveitam o período para festejar ou procurar refúgio em ambientes naturais e mais tranquilos, mas, sem essa folga, alguns segmentos do turismo têm esperança de que a circulação de viajantes seja interna. A aposta é no movimento dentro da Região Metropolitana de Cuiabá

PÁG. 6

Juíza arquiva ação que tentava impedir reeleição de Botelho

A juíza Célia Regina Vidotti, da Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular, extinguiu nesta quarta-feira (3) a ação que contestava a reeleição do deputado Eduardo Botelho (DEM) para a presidência da Assembleia Legislativa. Conforme a magistrada, a ação civil pública impetrada pelo advogado criminalista Edno Damasceno de Farias, de Rondonópolis, não é a via adequada para declarar inconstitucionalidade de artigo do Regimento Interno da Assembleia, que permite a recondução de membros da Mesa Diretora

PÁG. 4

Janaina quer trégua partidária com Emanuel

As 'tretas' políticas entre a deputada Janaina Riva e o prefeito Emanuel Pinheiro podem chegar ao fim. Isso é o que espera a parlamentar, que confirmou que pretende dar uma "trégua" para o colega de partido durante reunião partidária com o deputado federal Carlos Bezerra, marcada para a próxima segunda (8), em Cuiabá. A deputada acredita que será o momento para pacificar os atritos com o prefeito em respeito partidário e a expectativa é que Emanuel participe

PÁG. 4

Preço da cesta básica cresce 20% em um ano

O preço atual da cesta básica em Cuiabá, comparado ao salário mínimo do ano, consumiu mais de 55% da renda básica do brasileiro no primeiro mês de 2021. O conjunto dos 13 produtos para alimentar uma família de quatro pessoas fechou janeiro cotado em R\$ 611,30, uma alta de mais de 20% na comparação com janeiro do ano passado, quando a cesta de itens básicos custava R\$ 506,90 na capital

PÁG. 8

Fixar ICMS sobre combustíveis não faz sentido, avalia Botelho

Gilberto Leite



O presidente Jair Bolsonaro deve enviar ao Congresso um projeto de lei para fixar a cobrança de ICMS, que é um imposto estadual, sobre o valor do combustível aos consumidores. Além de estipular uma alíquota fixa, ele pretende cobrar o imposto sobre o preço dos combustíveis na refinaria, e não no preço médio nas bombas, como é feito atualmente. Questionado sobre a proposta, o presidente da Assembleia Legislativa, Eduardo Botelho, disse que essa ideia não faz sentido algum e dificilmente será aceita por algum governador

PÁG. 3

Emanuel quer que a população decida sobre o futuro do VLT

Gilberto Leite

Sem esconder sua preferência pelo Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), afirmou na última quinta-feira (4) que está aberto à troca do modal pelo Ônibus de Trânsito Rápido (BRT). Só que, para isso, ele quer que os demais órgãos da sociedade civil organizada sejam ouvidos antes de 'bater o martelo'. Emanuel esteve na Assembleia Legislativa na tarde desta quinta, em audiência pública convocada pelo deputado estadual Valdir Barranco (PT), para debater a troca do modal de transporte coletivo, anunciada pelo governador Mauro Mendes (DEM) no dia 21 de dezembro do ano passado

PÁG. 5



EDITORIAL

Samba mortal

Apesar dos impactos no comércio e no turismo, que tentam a duras penas se recuperar da crise do coronavírus, o fim das festas e do feriadão de Carnaval é uma medida acertada no combate à pandemia. Estamos vivendo um período prolongado de escalada de casos e óbitos em decorrência da covid-19 e as pessoas continuam a agir como se não houvesse uma pandemia. E praticamente todos os dias temos que relatar casos de aglomeração em festas.

Só que de nada vai adiantar a adoção dessas medidas

impopulares se as forças de segurança não tiverem as ferramentas legais necessárias para dispersar as aglomerações e punir os infratores que insistirem em realizar festas de Carnaval. De olho nessa possível lacuna legislativa, o Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) acionou a Justiça para garantir mais poder aos policiais no combate às aglomerações carnavalescas.

O entendimento do MP é que as forças de segurança devem agir imediatamente, sem necessidade de uma

prévia atuação de agentes de fiscalização dos municípios, encurtando o caminho para a ação oficial. Para isso, é preciso que os policiais sejam liberados e instruídos a atuar quem for pego fazendo aglomeração por “desobedecer ordem do Poder Público que visa impedir a propagação de doença contagiosa”.

A preocupação é urgente, já que os números da pandemia não mostram um arrefecimento em Mato Grosso. Esperava-se que o aumento de casos durante as festas de final de ano desse uma tréguia após alguns dias, mas o que vemos é um crescimento constante. Nesta quarta-feira (3), o estado registrou

o maior número diário de mortes por covid-19 desde o dia 10 de agosto. O número de novos casos também surpreendeu, pois foi o maior registrado em todo o curso da pandemia.

A tendência é que a situação se agrave nos próximos dias, com o espalhamento da variante manauara, considerada muito mais contagiosa e letal do que o vírus original. Mato Grosso já tem casos suspeitos dessa nova variante, que estão sob investigação das autoridades de saúde. Para piorar, já estamos à beira do colapso, com quase 80% das Unidades de Terapia Intensiva ocupadas até a noite de quarta. Isso significa



que, em breve, as pessoas voltarão a morrer enquanto aguardam uma vaga em UTI, que não haverá.

Mais do que nunca, se faz necessário reforçar as medidas não-farmacológicas que ajudam a evitar a propagação do vírus. A consciência coletiva deve prevalecer sobre a individual neste momento. Se não nos unirmos agora, contra esse inimigo mortal, então quando?

Dermatologia: muito além da pele

Karin Krause Boneti (*)

Nunca se falou tanto em saúde quanto nos últimos tempos. Por outro lado, ainda é preciso desmistificar as múltiplas facetas e especialidades médicas tão vitais para sua manutenção. A dermatologia, por exemplo, é – por vezes – subestimada ou compreendida erroneamente. Até mesmo neste 5 de fevereiro, Dia do Dermatologista, muitas pessoas ainda reduzem a especialidade apenas ao estudo das doenças da pele (o maior órgão do corpo humano) e tratamentos estéticos “superficiais”.

Contudo, a área de conhecimento da dermatologia vai muito além. Ela também se concentra no diagnóstico, prevenção e tratamento de doenças e afecções relacionadas a pelos, mucosas, cabelos e unhas. Sim, existem tratamentos estéticos modernos, mas também existe todo um mundo à parte. Quando se fala somente em pele, estima-se mais de 3 mil doenças dermatológicas que afetam crianças, adultos e idosos – que podem variar de leves a graves e exigem atenção.

A ameaça de um melanoma maligno é bem conhecida, mas o câncer de pele não melanoma também causa e/ou contribui para morbidade e mortalidade significativas. Além disso, doenças de pele mais comuns, como a psoríase, estão associadas a outras condições médicas, que podem incluir desde doenças cardíacas até diabetes.

Aliás, muitas doenças infecciosas e internas apresentam sinais cutâneos. A pigmentação da unha pode indicar envenenamento por arsênico; a pele seca e escamosa pode revelar hipotireoidismo; o amarelamento da pele pode apontar uma insuficiência hepática; erupções cutâneas como, por exemplo, a erupção facial em formato de borboleta pode sinalizar lúpus; e pontos vermelhos pontuais podem ser um sinal de vasculite, septicemia, baixa contagem de plaquetas ou leucemia.

A propósito, muitos não sabem, mas dermatologistas costumam fazer o diagnóstico inicial de doenças sexualmente transmissíveis – todas com manifestações cutâneas. Em 2020, então, pesquisas

clínicas revelaram ao mundo que até mesmo o novo coronavírus (Covid-19) apresenta sintomas na pele, conforme grau de gravidade da doença – o que reforçou a importância do olhar multidisciplinar de profissionais da saúde na identificação da Covid-19.

Indo além, existem ainda emergências dermatológicas, que incluem desde bolhas repentinas na pele, coceiras que perturbam o sono até a diferenciação de uma erupção cutânea de aparecimento súbito é devido a uma infecção, reação a um medicamento ou uma doença autoimune. Picadas de insetos e acidentes ofídicos? Aplicar a melhor conduta e saber como proceder é essencial. Algo que a dermatologia está sempre pronta para ajudar.

Inclusive, em certos casos, a dermatologia literalmente soluciona mistérios. Uma “verruca” que cresce rapidamente nas costas pode se revelar um carrapato cheio de sangue; um cisto recém-formado no couro cabeludo pode esconder larvas; objetos antigos podem ser encontrados embutidos na pele. É isso mesmo: cacos

de vidro e estilhaços podem abrir caminho através da pele ao longo dos anos (às vezes, décadas) depois de entrarem.

Há ainda questões que podem influenciar significativamente na autoestima dos indivíduos e interferir nos relacionamentos interpessoais. Existe uma alta taxa de depressão e ansiedade em pacientes com doenças crônicas de pele, incluindo vitiligo, eczema e acne. Ou seja, nem tudo se trata apenas da pele – vai muito, muito além.

Agora, por fim, lhe pergunto: quando foi a última vez que agendou uma consulta médica no dermatologista? Antes de navegar no Google para fazer um autodiagnóstico ou procurar tratamentos alternativos (estéticos ou não), converse com um profissional. Faça dessa rotina um novo compromisso com a sua saúde.

KARIN KRAUSE BONETI é médica dermatologista pela Sociedade Brasileira de Dermatologia (SBD) e diretora clínica da Frémessant



STF e o ICMS da energia

Victor Maizman (*)

Está incluída na pauta de julgamento já neste mês de fevereiro perante o Supremo Tribunal Federal, a questão pela qual venho há mais de uma década acompanhando, seja na defesa dos interesses dos contribuintes, seja no âmbito acadêmico, digo sobre a constitucionalidade das leis estaduais que fixam a alíquota de ICMS no patamar máximo sobre o fornecimento de energia elétrica.

A questão posta em julgamento colocará fim à discussão sobre a possibilidade de as leis estaduais fixarem a alíquota máxima de ICMS nas operações de energia elétrica, vindo com isso a majorar e muito o preço final da respectiva fatura a ser paga pelos consumidores finais.

Aliás, é oportuno lembrar que a legislação do Estado de Mato Grosso, com a exceção dos baixíssimos consumidores, impõe a alíquota de 27% de ICMS sobre o consumo igual ou superior a 500 Kwh men-

sais, ou seja, a alíquota máxima prevista na legislação incide justamente sobre o serviço de maior essencialidade para o consumidor.

Pois bem, ao estabelecer a competência tributária dos Estados, especificamente tratando do ICMS - Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços, a Constituição Federal estabelece, que além de atender aos critérios comuns aos demais tributos, poderá ser seletivo, em função da essencialidade das mercadorias e dos serviços, ou seja, tal regra impõe que quanto mais essencial o produto ou o serviço, menor deve ser a alíquota do imposto, justamente para que não onere a cadeia e não venha a onerar o consumidor final.

Contudo, de acordo com a interpretação defendida pelos Estados, a regra constitucional alhures mencionada estaria estabelecendo uma faculdade a ser exercida pelo Poder Legislativo de cada unidade da Federação.

De início, resta incoerente admitir-se que energia elétrica não seja considerado como

produto ou serviço essencial. A questão então a ser decidida pelo STF é se essa regra da seletividade deverá ser sempre observada pelos Estados ou seria apenas uma faculdade.

Nesse contexto, tenho defendido que o legislador constituinte não atribui de forma ilimitada ao legislador estadual o poder discricionário absoluto para deixar de aplicar a regra/princípio da seletividade quanto ao fornecimento de energia elétrica.

Então, seria manifestamente ilógico e incoerente a Constituição Federal deixar a cargo do Estado aplicar ou não essa regra, uma vez que no Brasil, o preço dos produtos é composto em 50% por tributos, de forma que faz cair muito o poder aquisitivo da população, diminui o mercado consumidor e forma um círculo vicioso, gerando desemprego.

A equação é essa, mais tributos, mais desemprego.

Não por isso, um dos critérios básicos de interpretação constitucional impõe que se deve preferir a inteligência dos textos que

torne viável o seu objetivo, ao invés da que os reduza à inutilidade.

Desse modo, a expectativa é de que o STF, ao analisar a presente questão, não venha a minimizar o alcance das regras constitucionais que tem a função de limitar o poder de tributar, assegurando assim, uma tributação justa e adequada do contribuinte que não tem a opção de fazer uso ou não da energia elétrica.

Portanto, todos os argumentos na defesa dos contribuintes já foram devidamente apresentados para cada um dos Ministros da Suprema Corte. Agora é aguardar!

VICTOR HUMBERTO MAIZMAN é advogado e Consultor Jurídico Tributário, Professor em Direito Tributário, ex-Membro do Conselho de Contribuintes do Estado de Mato Grosso e do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais da Receita Federal/CARF



O Fiscalizar

Lourenbergue Alves (*)

Fiscalizar é uma das tarefas basilares do Legislativo. A própria Constituição Federal, no seu artigo 49, inciso X, trata exatamente disso, com relação aos congressistas. O que foi copiado pelas Constituições estaduais, bem como pelas Leis Orgânicas dos municípios. De todo modo, trata-se de um papel importante, o de fiscalizar. Importante só é pouco. Imprescindível, na verdade. Propagandeada pelos parlamentares locais, regio-

nais e federais. Cobrada, volta e meia, pelos contribuintes. Mas, infelizmente, os parlamentares se perdem de todo na conjugação do verbo fiscalizar. Perdem-se! Ou melhor, ignoram-no por completo. Alguns deles até dizem estar fiscalizando. Especialmente os chamados de oposição. Aliás, recentemente, um deles, com certa experiência no Legislativo, afirmou, com veemência: “o papel de fiscalização pertence aos opositores”, os quais, segundo ele, exercem-no se valendo de “uma lupa”.

Estranha tal afirmação. Muitíssimo estranha mesmo. Afinal, em lugar algum do Estatuto do Estado brasileiro está escrito que a fiscalização é tarefa de uns poucos, e não de todos os vereadores, deputados estaduais e federais e senadores. São de todos eles. Tarefa que não pode, nem deve ser terceirizada. Mas, de verdade, compartilhada por todos, sem exceção. Sem essa de oposição. Os parlamentares são, ou deveriam ser os olhos, os ouvidos e as bocas do conjunto da população. É claro, respeitando a jurisdição legislativa de cada Casa. E, na condição, de olhos, ouvidos, bocas, eles agem para evitar que os interesses públicos ou coletivos sejam, por alguma razão, desviados de rotas. Daí a importância da fiscalização. Ainda que haja, e há mesmo, dentro do Parlamento, as bases governista e opositorista. Aquela e esta, obviamente, têm posicionamentos distintos no arranjo e rearranjo das situações registradas em plenário.

Isto, contudo, não deve servir de óbice para que elas, juntas ou separadas, coletivo ou individual, exerçam o papel de fiscalizar. Ao fiscalizarem, apontam os erros, descertos e acerto, e, neste aspecto, estão contribuindo também para a administração pública. Independentemente das cores partidárias que os possam separar. Fiscalizar não tem agremiação, bandeira e ideologia. Mas, infelizmente, a imensa maioria dos parlamentares não pensa deste modo. E saem com as mais estapafúrdias respostas, explicações ou respostas.

Cabe a todos fiscalizar, independentemente se estão na oposição ou na situação. Fiscalizar se diferencia do fazer barulho. Ambos são ações. No dito papel parlamentar,

“fazem a fiscalização”. Mas este “fazer” não é o mesmo do “fazer barulho”. Ainda que se tenha, ultimamente, visto mais o “barulho” que a fiscalização em si.

Tem parlamentar que fotografa, filma e faz vídeo para mostrar suas ações fiscalizadoras, quando, na verdade, está bem distante de cumprir tais tarefas. Tenta, tão somente, tornar-se visível aos olhos do eleitorado, massificar seu nome para futuras disputas, popularizar sua imagem. Estratégias antigas. Bastante utilizadas por alguém da oposição. Exitosas, por sinal. Têm o caráter “oportunistas”, disfarçadas de “cumprimento com a obrigação”, e os eleitores, em grande número, caem nessa artimanha, e a “compram”, tal como se estivessem “comprando gato por lebre”. Isso porque o parlamentar “do barulho” não está exercendo, de fato, o papel de fiscalizar.

Fiscalizar é acompanhar, pari passu, uma dada obra ou atitude do gestor público. Acompanhá-la, e registrar possíveis desvios ao longo de sua realização. Oposição e situação estão juntas nessa tarefa. Deveriam estar. No entanto, não estão. A primeira procura fiscalizar as ações e atitudes do Executivo, porém age, em linhas gerais, como os do “contra” (ser do contra não é o mesmo que ser de oposição). Já a segunda, contrariando aos princípios basilares, age como se fosse advogado do Executivo. Situação esdrúxula. É isto.

LOUREMBERGUE ALVES é professor universitário e analista político.



Jornal
IMPRESSO MT
FUNDADO EM 2020
CNPJ: 06.147.693/0001-26

ADMINISTRAÇÃO:
DIRETOR GERAL:
CLAUDINEY FALLCÃO SANTOS

EDITOR CHEFE:
GABRIEL SOARES

EDITOR DE ARTE:
AQUILES A. AMORIM

Os artigos de opinião assinados por colaboradores e/ou articulistas são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste veículo.

Colabore com o debate público sobre nosso estado. Envie artigos e opiniões para:
Email: impressomt@gmail.com - Site: www.oimpressomt.com.br

Av. Thomé de Arruda Fortes nº 221, Bairro: Morada do Ouro, Cuiabá - MT, Cep: 78.053-505
Telefone: 65 99696-6688

ICMS SOBRE COMBUSTÍVEIS

Eduardo Botelho, presidente da ALMT, avalia que proposta do presidente Jair Bolsonaro não tem sentido algum e dificilmente será aceita

'Nenhum governador vai aceitar'

Fablicio Rodrigues/ALMT



Da redação

O presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, Eduardo Botelho (DEM), afirmou na última sexta-feira (5) que a proposta do presidente Jair Bolsonaro (sem partido) para 'aliviar' os preços dos combustíveis ao mexer na cobrança do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não tem sentido algum e dificilmente será aceita por algum governador.

O presidente anunciou que pretende colocar um valor fixo no ICMS sobre o preço dos combustíveis, com cobrança apenas nas refinarias, ao invés de cobrar nos postos de combustíveis, como é

feito hoje. A ideia surgiu após uma reunião com o presidente da Petrobras, Roberto Castello Branco, e outros três ministros. A proposta é uma tentativa de arrefecer a revolta dos caminhoneiros, que têm ameaçado deflagrar greve nacional devido aos aumentos no preço do diesel.

"O que ele está querendo mandar é totalmente inócuo, nenhum governador vai acatar isso. É querer mudar todo o pacto federativo e mudar o que está na Constituição. É mudar tudo e centralizar todo o poder na mão da União. Você vai tirar, inclusive, o poder do ICMS e passar para a União", disse Botelho.

Bolsonaro está preocupado com as sucessivas altas dos preços dos combustíveis nos postos, que acaba influenciando na popularidade do seu governo. Uma das alternativas que estão sendo analisadas pela área jurídica do Executivo seria propor um "valor fixo" de ICMS, a exemplo do que ocorre com o PIS/

Cofins do diesel (R\$ 0,35 por litro).

"Nós pretendemos ultimar um estudo e, caso seja viável, e seja juridicamente possível, nós apresentaremos [um projeto] ainda na próxima semana, fazendo com que o ICMS venha a incidir sobre o preço do combustível nas refinarias. Ou um valor fixo para o álcool, a gasolina e o diesel. E quem vai definir esse percentual ou esse valor fixo serão as respectivas assembleias legislativas", afirmou Bolsonaro.

O ministro da Economia, Paulo Guedes, revelou ainda que o governo pretende desonerar o PIS/Cofins como medida alternativa para impulsionar a queda dos preços dos combustíveis. Contudo, o ministro admite que os impactos dessa medida são difíceis de calcular.

Atualmente, o valor do ICMS é calculado com base no preço médio cobrado ao consumidor final. Cada estado tem uma legislação específica em relação às alíquotas.



Eduardo Botelho disse que proposta do governo é sem sentido e dificilmente será aceita

INDEPENDENTE

Edna notificará nomeação de esposa de Barranco

Carol Siqueira/ Câmara Municipal

Da redação

A vereadora Edna Sampaio (PT) disse que vai notificar o seu partido na esfera municipal, estadual e nacional após o prefeito de Cuiabá Emanuel Pinheiro (MDB) ter nomeado a esposa do deputado estadual Valdir Barranco (PT) coordenadora da saúde bucal da capital.

Edna diz que a nomeação Roseli Nunes da Silva Barranco não vai interferir em sua atuação na Câmara Municipal de Cuiabá e que vai continuar atuando na Casa de Leis municipal de forma independente.

"A minha posição é uma posição institucional do Partido dos Trabalhadores, de como vamos nos conduzir aqui na Câmara Municipal de Cuiabá, sou líder do partido e vereadora que não soube dessa nomeação e vou pelas vias oficiais notificar o partido na direção municipal, estadual e nacional para saber qual foi o encaminhamento que levou a essa nomeação. Não estamos falando qualquer coisa e sim da nomeação



A vereadora Edna Sampaio (PT), disse que vai notificar o seu partido após nomeação de esposa de deputado

da esposa do presidente estadual do partido, e não é algo trivial", disse Edna na tarde da última quinta-feira (4), na Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Valdir Barranco, por sua vez, falou que a nomeação foi técnica, já que a esposa tem três especializações, e que ela buscava há muito tempo. O deputado acrescentou que a nomeação era para ter acontecido no ano passado com o ex-secretário de Saúde, Possas de Carvalho, mas, como

não ocorreu, Roseli foi nomeada esta semana.

A vereadora explicou que se a nomeação do prefeito tiver sido política, não passou pela direção do partido, e que por conta disso vai protocolar um esclarecimento junto à direção do PT.

O prefeito chegou a ser questionado sobre a decisão e disse que quem ajuda a ganhar, ajuda a governar e o PT no segundo turno da eleição municipal orientou os filiados a não votarem em Abílio Junior.

NA DÚVIDA

Emanuel avalia se vai ou não para reunião do MDB

Da redação

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), pode não comparecer à grande reunião de seu partido marcada para segunda-feira (8). Oficialmente, o encontro foi marcado para solucionar problemas internos entre os filiados e para dar o pontapé inicial para fortalecimento da sigla para as eleições de 2022. O foco é solucionar a "treta" entre Emanuel e a deputada estadual Janaina Riva (MDB).

O encontro dos filiados foi convocado pelo presidente estadual do partido, o cacique Carlos Bezerra, que pretende, de uma vez por todas, acabar com as brigas internas que ganharam notoriedade extramuros do MDB.

Emanuel pode não comparecer no encontro devido a uma incompatibilidade de agenda, pois no mesmo dia ele tem um encontro com representantes do Consórcio do Vale do Rio Cuiabá em Santo Antônio de Leverger. A reunião discutirá

a implantação do novo modal de transporte público em Cuiabá e Várzea Grande.

"Por ser região metropolitana, temos que envolver Leverger, Barão de Melgaço e Nossa Senhora do Livramento. Nesta segunda-feira, presidido a primeira reunião do consórcio do desenvolvimento econômico e social em Leverger e vamos tratar sobre o VLT com 13 municípios do Vale do Rio Cuiabá, e vou convidar o prefeito Kalil Baracat (MDB), para poder alinhar esse discurso", disse Emanuel na última quinta-feira (5), antes de entrar na audiência pública sobre o mesmo tema que foi realizada na Assembleia Legislativa.

A reunião é a mais esperada pelo partido nos últimos anos, pois envolve animosidade de dois de seus principais filiados com condições de disputar o governo em 2022. A rusga entre Janaina e Emanuel começou no ano passado, quando Emanuel fez críticas pesadas ao pai

da deputada, o ex-presidente da Assembleia Legislativa e delator José Geraldo Riva. O caso criou animosidade e, na eleição municipal do ano passado, a deputada decidiu apoiar publicamente Roberto França (Patriota) ao invés de seu companheiro de MDB.

Na ocasião, a deputada disparou que que não apoiaria um candidato que foi flagrado colocando dinheiro de propina no paletó, em referência ao vídeo que ganhou repercussão nacionalmente. Em resposta, Emanuel citou que ela deveria olhar para dentro de casa, onde tem um pai "bandido" assumido e condenado por desvio de dinheiro público.

Desde então, Janaina e Emanuel vêm trocando farpas publicamente. Incomodado com isso, e de olho em 2022, o cacique do partido convocou a reunião. Ainda esta semana, Janaina disse na Assembleia que seria possível dar uma trégua visando a um pensamento e entendimento partidário.

CASO ISABELE

Garoto que levou arma do crime recebe sentença

Da redação

A juíza Cristiane Padim, da 2ª Vara Especializada da Criança e do Adolescente, sentenciou o garoto envolvido na morte de Isabele Guimarães Ramos a quatro horas semanais de serviços comunitários. Também menor de idade, o rapaz foi o responsável por levar a arma do crime para a casa da namorada, então amiga da vítima.

De acordo com a reportagem, o adolescente deverá prestar os serviços pelo período de seis meses e, por este período, terá liberdade assistida. Em termos práticos, a liberdade assistida é uma medida pedagógica, na qual o menor é acompanhado pelo Estado para este saber seu rendimento escolar e suas relações interpessoais. É uma medida educativa.

No dia do crime, o rapaz levou para a arma Imbel calibre .380 para a casa da namorada, no condomínio de luxo Alphaville I, em Cuiabá. A pistola foi usada para tirar a vida de Isabele, que morreu com 14 anos.

Em meados de janeiro, a autora do disparo foi condenada a três anos de internação, com cumprimento imediato da pena. Ela foi internada na ala feminina do

complexo Pomeri, instituição socioeducativa, e permaneceu isolada por precaução ao contágio do novo coronavírus.

Na semana passada, ela saiu do isolamento e passou a conviver com as demais infratoras. A defesa da adolescente criticou o cumprimento imediato da pena e entrou com recursos no Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT), Superior Tribunal de

Justiça (STJ) e Supremo Tribunal Federal (STF). Todos os recursos foram negados por decisões monocráticas.

Os pais da adolescente também se tornaram réus pelo crime de homicídio culposo, quando não há intenção de matar, fraude processual, corrupção de menores, posse ilegal de arma e entrega de arma de fogo a menor.

Já o pai do adolescente, que é dono da arma

usada no crime, foi denunciado por omissão de cautela na guarda de arma de fogo. Por ser o proprietário da arma e pai do adolescente, era sua responsabilidade guardá-la em local seguro sem acesso de menor.

A reportagem procurou a defesa do adolescente. Porém, o advogado não pôde se manifestar devido ao caso tramitar sob sigilo de justiça.

'SEGUE O BAILE'

Juíza aponta que advogado escolheu via inadequada para questionar a eleição de Botelho à presidência da Assembleia pela 3ª vez

TJ arquiva ação contra reeleição

JL.Siqueira/ALMT



Gabriel Soares

A juíza Célia Regina Vidotti, da Vara Especializada em Ação Civil Pública e Ação Popular, extinguiu a ação que contestava a reeleição do deputado Eduardo Botelho (DEM) para a presidência da Assembleia Legislativa. A decisão é da última quarta-feira (3).

Conforme a magistrada, a ação civil pública impetrada pelo advogado criminalista Edno Damasceno de Farias, de Rondonópolis, não é a via adequada para declarar inconstitucionalidade de um artigo do Regimento Interno da Assembleia, que permite a recondução de membros da Mesa Diretora.

Na ação, Edno afirma que o artigo 57 da

Constituição Federal proíbe expressamente a reeleição para o cargo de presidente das Casas Legislativas, tanto as federais quando as estaduais. Ele aponta ainda o caso do afastamento do deputado Jelson Renier (SD), que tentava assumir seu terceiro mandato na presidência da Assembleia Legislativa de Roraima, mas foi impedido por decisão do ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF).

“A Constituição Estadual, pelo princípio da simetria, não pode dispor de forma diversa em relação às matérias que estão dispostas na Constituição Federal”, argumentou.

Apesar dos argumentos do advogado, a juíza Célia Regina Vidotti entendeu que a ação do advogado não merecia prosseguimento, apontando que havia vícios insanáveis na petição, entre elas a inadequação da via. Para alterar os trechos questionados do Regimento Interno, Edno teria que ter apresentado uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).



Ação questionava trecho do Regimento Interno da Assembleia que permitiu reeleição de Botelho à presidência

“É cediço que a Ação Popular é remédio constitucional que visa a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público, à probidade administrativa, ao meio

ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. É meio de defesa do cidadão contra os atos concretos da própria administração, que contrariam a Constituição Federal e os princí-

pios que norteiam a sociedade brasileira e que possui natureza condenatória, não meramente declaratória”, avaliou.

Botelho assumiu seu terceiro mandato como presidente do Legisla-

tivo na última segunda-feira (10), pela segunda vez dentro da mesma legislatura. Ele foi eleito em chapa única, que contou com votos favoráveis de 22 parlamentares.

FISCALIZAÇÃO

TCE dá prazo para Prefeitura divulgar nome de vacinados

Da redação

O Tribunal de Contas de Mato Grosso (TCE-MT) recomendou que a Prefeitura de Cuiabá divulgue, a lista dos vacinados contra a covid-19. Em Nota de Fiscalização encaminhada na última quarta-feira (3), o TCE recomenda que seja publicada, em página específica da internet, a lista de todos os vacinados em Cuiabá, indicando, no mínimo, dados como: nome completo do vacinado, CPF descaracterizado, data de aplicação da 1ª e 2ª doses, categoria do grupo prioritário ao qual pertence.

Especificamente no que se refere ao grupo prioritário de trabalhadores da saúde, a gestão municipal tem que indicar também: local onde o vacinado exerce suas funções, cargo e função

exercida. O foco inicial do TCE-MT é assegurar o cumprimento da vacinação dos grupos prioritários, para que não aconteçam os chamados ‘fura-filas’, como tem casos suspeitos em várias regiões do país.

No último dia 22 de janeiro, auditores da Secretaria de Controle Externo (Secex) Saúde e Meio Ambiente do TCE-MT fiscalizaram o Centro de Vacinação instalado no Centro de Eventos do Pantanal. Posteriormente, foi formalizado o pedido para que a Prefeitura de Cuiabá encaminhe ao órgão de controle a lista nominal dos imunizados na primeira etapa da vacinação para fazer o cruzamento de dados no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES). O TCE-MT aguarda o recebimento da lista.

OUTROS MUNICÍPIOS - O TCE-MT também fiscalizou, na semana passada, a vacinação contra a Covid-19 em Várzea Grande. Os auditores estiveram na Secretaria Municipal de Saúde e acompanharam a vacinação que na Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro Santa Isabel.

Assim como fez em Cuiabá, o TCE-MT formalizou o pedido para que a Prefeitura de Várzea Grande encaminhe a lista nominal dos imunizados na primeira etapa da vacinação para fazer o cruzamento de dados no CNES.

Também será encaminhada para 17 municípios, que compõem mais de 70% das doses distribuídas no primeiro lote, a mesma notificação feita à Prefeitura de Cuiabá para que divulgue e dê transparência à lista de vacinados.

SEM ATRITOS

Janaina Riva pretende trégua política durante encontro

Da redação

A deputada estadual Janaina Riva (MDB) revelou na manhã da última terça-feira (2) que aguarda a reunião partidária com o deputado federal Carlos Bezerra, presidente do MDB em Mato Grosso, para que sejam encerradas as brigas internas do partido, principalmente entre ela e o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro.

A deputada disse que acredita que possa haver uma pacificação dos atritos entre os dois, por respeito partidário, já que o MDB é um partido grande e as diferenças fazem parte do jogo político. Janaina acredita na ida do prefeito no encontro, pois é um convite da Executiva.

“Acredito que, partidariamente, as arestas podem ser aparadas.

Não acredito que um não vá apoiar o outro. Acho que hoje não tem ambiente para fazer uma conciliação geral, mas acredito que, para estabelecer um respeito partidário, mútuo, há espaço para isso”, explicou.

Outro problema partidário que deve ser discutido é a insatisfação com Silvano vai além de questões internas, pois diz respeito também ao trato do secretário com os parlamentares, tanto os emedebistas quanto de outras siglas.

Apesar do clima tenso, Janaina disse não acreditar que o secretário deixará o MDB. Silvano será ouvido pela

Executiva do partido na reunião de segunda.

ENTENDA - A relação no MDB ficou estremeada antes da eleição municipal. Entre os motivos que levaram a isso está a candidatura do filho de Emanuel Pinheiro, o deputado federal Emanuelzinho (PTB), a prefeito de Várzea Grande, sendo que o partido já tinha um postulante à vaga.

Durante o período eleitoral algumas lideranças do MDB no Estado, como a deputada estadual Janaina Riva, declararam apoio ao adversário de Pinheiro, Roberto França (Patriota). Pinheiro conseguiu ser reeleito prefeito da capital, mas os problemas com seu partido continuaram após o anúncio de mudança na presidência do diretório de Cuiabá.

REABERTURA DO LEGISLATIVO

Pinheiro prega união com vereadores de Cuiabá

Da redação

O secretário de Governo de Cuiabá, Luís Cláudio, esteve na Câmara Municipal na última terça-feira (2), durante a abertura dos trabalhos legislativos, para entregar uma mensagem do prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) aos vereadores.

Líder de governo durante o último mandato, Luís Cláudio não foi reeleito em 2020 e assumiu a Secretaria de Governo a convite de Emanuel, já que a pasta é responsa-

vel por toda a articulação política da Prefeitura junto a outras pastas e à Câmara. Na visita de esta terça-feira, Luís Cláudio leu um discurso escrito pelo prefeito.

“Não foram tempos fáceis os que enfrentamos na Prefeitura de Cuiabá, mas de muito aprendizado e conquistas. Quem fala aqui é um cidadão com a alma lavada e a consciência tranquila. Tranquila por saber que fez o melhor que pôde nesses primeiros quatro anos de mandato, com muitas

dificuldades e encarando de frente uma pandemia jamais vista. Estamos fazendo história, a história que nossos netos irão estudar”, leu Luís Cláudio.

No discurso, Emanuel lembrou que houve mudanças significativas em Cuiabá em comparação com 2017, quando assumiu seu primeiro mandato como prefeito. Ele destacou as obras que realizou e prometeu apresentar um plano de aceleração do desenvolvimento de Cuiabá em parceria com a iniciativa privada.

“Temos convicção que o investimento público, aliado ao privado, é capaz de dar grande impulso aos nossos projetos de crescimento e fortalecimento da economia da nossa capital. Já dei a missão para nossa equipe para que estudem e nos apresente um conjunto de medidas para aceleração do desenvolvimento de Cuiabá. Essas ações precisam ter como base estímulos às PPPs e apoio às pequenas e microempresas tão penalizadas nesta pandemia. Muita coisa boa está por

vir. Vamos sair dessa fase difícil maiores do que entramos”, afirmou.

Outro projeto destacado pelo prefeito foi o lançamento do Contorno Leste, que beneficiará cerca de 200 mil pessoas, de mais de 50 bairros da capital. Serão 17,3km de extensão até a ligação com a Rodovia Emanuel Pinheiro (MT-251). “É a maior obra estruturante da história de Cuiabá. Isso só foi possível graças ao nosso controle financeiro e boa gestão fiscal que nos proporcionou conquistar emprés-

timos junto às principais instituições financeiras para a realização desse antigo sonho cuiabano”, disse.

“Conclamamos todos a serem partícipes e protagonistas da construção desse ideal desejável de sociedade; vamos elogiar, criticar, sugerir, fiscalizar sempre com intuito de união para assegurar as conquistas para Cuiabá e nossa gente; e não é por mim que peço, é pela nossa amada população cuiabana que nos elegeu e que merece o melhor de nós”, concluiu.

"GUERRA DO TRANSPORTE"

O prefeito esteve na AL para debater a troca do VLT em audiência e deve ir a Brasília na próxima semana discutir o futuro do modal

Nem projeto tem, dispara Emanuel

Gilberto Leite

**Da redação**

O prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro (MDB), garantiu na última quinta-feira (4) que o Ministério do Desenvolvimento Regional ainda não sabe sobre a mudança do modal de transporte coletivo, do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) para o Ônibus de Trânsito Rápido (BRT). Segundo ele, as discussões em Brasília continuam em torno do projeto para implantação do VLT ligando Cuiabá e Várzea Grande.

Emanuel esteve na Assembleia Legislati-

va na tarde desta quinta, em audiência pública convocada pelo deputado estadual Valdir Barranco (PT) para debater a troca do modal de transporte coletivo, anunciada pelo governador Mauro Mendes (DEM) no dia 21 de dezembro do ano passado.

Em conversa com a imprensa, o prefeito afirmou que sequer existe um projeto executivo para implantação do BRT e que as conversas sobre o novo modal ainda estão prematuras, ao passo que o projeto do VLT já está completo.

"Nem projeto do BRT tem. Como é que pode dizer que é melhor se nem projeto tem? Existe um projeto completo para o VLT. Já BRT, nem projeto tem e já decidiram dizendo que é o melhor. Então me convençam. Mostre para que eu, como prefeito, a Câmara Municipal seja ouvida, a sociedade civil

organizada seja ouvida, para que possamos decidir", disse.

O prefeito afirmou ainda que os técnicos do Ministério do Desenvolvimento Regional e da Caixa Econômica Federal, órgãos federais que estão responsáveis pelas obras de mobilidade urbana, ainda trabalham sobre o projeto de implantação do VLT. Ele afirmou que pretende ir a Brasília na próxima semana para debater, entre outros assuntos, o futuro do modal de transporte coletivo na capital.

"Para o Ministério, para a Caixa Econômica, para Brasília, o modal é o VLT. O que está havendo é uma discussão local, que eles estão entendendo mais como uma visão política ou uma vontade do governador de mudar, que eles vão esperar o processo para eles tomarem a decisão", disse.



Emanuel Pinheiro esteve na Assembleia Legislativa em audiência pública convocada pelo deputado Valdir Barranco na ALMT

ESCOLHA DO BRT

"Governador não pensa na População, só em política"

Da redação

O deputado federal Emanuelzinho (PTB) disse que o governador Mauro Mendes (DEM) não está preocupado com a população, mas nas eleições de 2022. A fala foi feita na tarde da última quinta-feira (4) na Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), durante audiência pública sobre a troca de modal.

"Para o governador, se houver aplicação do VLT será uma vitória dos opositoristas políticos dele, então para a população ele não está nem aí. Eu estou falando dessa forma, neste tom, pois por muito tempo eu respeitei o governador, só que ele não respeita ninguém. É xingando todo mundo. Quem discorda dele está de ramerame; então, chega!", falou.

Emanuelzinho citou que é necessário um debate para mostrar para a população que a verdade do governador não é única. O deputado federal falou também que não é contra o BRT, mas tem que haver um debate e gostaria que lhe fosse apresentado um estudo técnico, e que a população fosse ouvida.

O parlamentar também falou que quando o modal VLT foi escolhido Mendes era prefeito da capital e não falou nada, e Emanuelzinho também o acusou de ter participado de todo o sistema de escolha até porque era sócio de Silval Barbosa na época.

Além disso, foi dito também que o governador pode estar participando de uma corrupção velada.

"Existe uma coisa chamada captura do Estado, que nada mais é

que corporações privadas que realizam financiamento de campanha de políticos em geral para ter um retorno durante atividade pública e isso pode estar acontecendo com o BRT, mas só vamos saber no futuro, e o que não enxergamos agora a olho nu poderá ser visto lá na frente", atacou Emanuelzinho.

O deputado explanou que o BRT é coisa antiga que já foi implantado em Curitiba (PR), há mais de 20 anos e agora Mendes quer empurrar goela abaixo do cidadão que é moderno e melhor escolha para as duas cidades mais importantes do estado.

Por fim, Emanuelzinho falou que o governo está escondendo a verdade e não fala para a população sobre o estrangulamento do trânsito que vai haver com a implantação do BRT.

VOLTA POR CIMA

Cuiabá prepara programa de recuperação pós-pandemia

Da redação

O secretário Municipal de Governo, Luis Claudio, esteve na Câmara Municipal de Cuiabá na manhã da última terça-feira (2), quando foram iniciados os trabalhos do legislativo municipal e disse que o prefeito Emanuel Pinheiro (MDB) prepara um programa pós-pandemia para a retomada da economia na capital.

Ele esteve na Casa de Leis municipal representando o prefeito e disse que a prioridade nestes primeiros meses é a continuidade do programa de vacinação e um programa pós-pandemia que está sendo elaborado pela equipe de Emanuel.

"Estamos vivendo um programa de vacinação, nos programando para o pós-pandemia, temos que ser bem ativos para,

junto com a Câmara Municipal, reativarmos nossa economia com projetos que serão encaminhados para essa Casa para fomentar e ajudar as famílias que tiveram prejuízos neste período", disse.

O secretário também acrescentou que o prefeito quer ser parceiro do Legislativo com amplo diálogo, respeitando as ideias e projetos. Uma das provas dessa aproximação segundo Luis Claudio, foi colocar o vereador Kássio Coelho (Patriota) como vice-líder do prefeito na Câmara.

Kássio na eleição municipal foi opositor à candidatura do prefeito, mas nesta terça-feira o defendeu dizendo que Emanuel sempre defendeu o melhor para Cuiabá, e irá transitar na Casa tanto na situação quanto na oposição, tendo a humildade de perguntar,

dialogar e ouvir os demais parlamentares.

Luis também falou sobre um dos temas que ele acredita que terá apoio da Casa, que é a discussão do novo modal a ser implantado em Cuiabá. O secretário explicou que a comissão municipal criada por Emanuel quer ouvir a todos para a construção e escolha do melhor para a capital.

"Será feito um amplo debate, e a comissão vai apresentar um relatório técnico, com a participação do Iphan [Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional] e todas as autoridades como Crea, ambientalistas, lojistas para no final das contas dar um diagnóstico para o prefeito apresentar à sociedade. O prefeito queria que a sociedade fosse ouvida. Nós estamos focados em dar uma resposta à sociedade cuiabana", pontuou.

GAMBITO DO PETISTA

Lúdio promete manobras para derrubar taxaço

Gilberto Leite

Da redação

A votação dos vetos governamentais a duas pautas-bomba no Legislativo promete dar pano para manga. Em conversa com jornalistas na última quarta-feira (3), o deputado estadual Lúdio Cabral (PT) afirmou que o grupo de parlamentares que é a favor das duas medidas pretende lançar mão de todas as medidas regimentais cabíveis para só votar os vetos quando tiver certeza de que será possível derrubá-los.

A Assembleia Legislativa deverá votar nos próximos dias os vetos do governador Mauro Mendes (DEM) à Revisão

Geral Anual (RGA) dos servidores do Poder Judiciário e à PLC 36, que isenta da contribuição previdenciária de 14% dos aposentados e pensionistas que recebem até o teto do INSS, hoje em R\$ 6,4 mil.

"Votação de veto é uma votação que exige quórum qualificado, tem que ter uma presença maciça de deputados em plenário para que a gente tenha segurança de que teremos os votos necessários para derrubar os vetos. Inclusive, lembrando que é uma votação secreta", disse o deputado.

Lúdio teme que a articulação do governador junto à base governista afete o quórum necessá-

rio para a derrubada dos vetos. Pelo regimento da Assembleia, é necessário que dois terços dos parlamentares votem pela derrubada dos vetos. Ou seja, são necessários 16 votos a favor da derrubada dos vetos. Para evitar uma derrota no plenário, o governo só precisaria que oito deputados da base deixem de comparecer à votação e um vote contrário ao veto.

"Como o governo tem pressionado os deputados da sua bancada, essa pressão pode, dentre outras coisas, produzir algum tipo de alteração do quórum. Então, se o Botelho colocar em pauta a votação na semana que vem e eu identificar

que o quórum é baixo e que há risco de nós derrubarmos, eu vou fazer pedido de vista, sim", pontuou.

Além do pedido de vista, que pode atrasar a votação por alguns dias, o grupo a favor da derrubada dos vetos também pode esvaziar a sessão para impedir que haja o quórum mínimo de votação, como já foi feito outras vezes no passado.

Esse tipo de manobra forçaria os deputados que compõem a base do governo a votar. Muitos destes teriam que escolher se ficam ao lado do governo e mantêm o veto ou se continuam votando a favor dos servidores, pela derrubada do veto.



Lúdio teme que pressão do governo esvazie o plenário e promete usar toda sorte de manobras

SEM CARNAVAL

Os dias 15, 16 e 17 de fevereiro são serão de folga. Mesmo assim, o setor se prepara para receber aqueles que buscam opções de lazer

Turismo aposta em demanda local

Gilberto Leite



Da redação

Há onze meses prejudicados pela pandemia, alguns segmentos do turismo em Mato Grosso tinham esperança de fomentar a circulação de viajantes internos neste feriado prolongado. O cancelamento do ponto facultativo entre os 15, 16 e 17 de fevereiro pelo governo do Estado, divulgado na última segunda-feira (1), pode reduzir essa demanda para regiões mais distantes do estado, mas potencializar o movimento dentro da região metropolitana de Cuiabá.

“Soube que algumas pessoas estão tentando vender pacotes que compraram para o carnaval, mas acredito que, mesmo tirando o ponto facultativo, muitos irão buscar opções de lazer nos lugares mais próximos”, prevê Jaime Okamura, empresário no setor de turismo em Mato Grosso.

O turismo regional ganhou mais visibilidade durante a pandemia. A necessidade de se manter o distanciamento social e o receio da contaminação em viagens longas fizeram com que as pessoas

buscassem alternativas mais próximas.

“A tendência já era apontada em 2020 quando começou a pandemia. Ao evitar viagens longas, a opção foi viagens terrestres com carro próprio. O perfil desse público é de famílias de até cinco pessoas. Em função disso, as pessoas buscam atrativos na natureza mais exuberantes e Cuiabá é a única capital que tem proximidade com dois ecossistemas, Pantanal e Cerrado, em um raio de 200 km. Então a procura por esses locais deve ser grande”, explica o empresário.

Pensando em aproveitar esse o aumento do turismo interno, alguns estabelecimentos instalados na região precisaram investir em mudanças para atender à nova demanda turística.

“Muitos empresários dessas regiões trabalhavam com foco na demanda internacional, com a pandemia praticamente parou e se viram em uma situação de ter que se reinventar. Uma das mudanças é tirar o estigma de que o turismo no Pantanal é caro, que ocorria porque tinha uma demanda para o perfil internacional. Mas agora esses locais estão fazendo uma adaptação para receber um público regional”, relata Okamura.

Algumas das readequações feitas para recepção desse novo público foram no tempo de permanência e op-



Setor acredita que mesmo sem feriado prolongado em Mato Grosso, viajantes busquem por lazer próximo para relaxar

ções de lazer no local. Segundo o empresário do setor, um estrangeiro pernoitava até seis dias, enquanto o público local, uma média de dois. “Outro problema é que, por uma tradição e cultura do brasileiro, para ele não basta só ter contato com a natureza, fazer observação de pássaros, animais. Os brasileiros procuram atrativos com rios, cachoeiras e espaços de lazer”, pondera Okamura.

Para atrair mais visitantes durante a pandemia, empresários donos de pousadas no Pantanal, por exemplo, investiram na estrutura para oferecer mais atrativos internos, como piscinas.

Comércio não apostou em data

Da redação

Sem carnaval este ano, o segmento de artigos para festas em Cuiabá se preparou para passar por este momento e não contabilizar grandes prejuízos, após a proibição de eventos em locais públicos e privados, determinado por decreto municipal. As datas 15, 16 e 17 de fevereiro de 2021 foram transformadas em dias úteis, com abertura do comércio e órgão público.

Para evitar perdas, empresários do segmento de artigos para festas deixaram de reforçar seus estoques para o período de carnaval antes mesmo do anúncio ser feito pelo prefeito Emanuel Pinheiro. Esse plano de ‘sobrevivência’ foi adotado por lojas que trabalham com produtos como fantasias, máscaras e aviamentos.

Com lojas instaladas em um dos calçadões comerciais mais movimentados no centro de Cuiabá [Rua Galvão Pimentel], a loja de aviamentos Kotinha não contará com o incremento de até 5% nas vendas geradas pelo carnaval deste ano. Apesar disso, a proprietária Myrian Bezerra comemora a suspensão das festas.

“Existem dois pontos que precisamos ob-

servar: o carnaval ajuda nas vendas de fevereiro, mas o respeito pelo ser humano tem maior peso. Não podemos só pensar em renda – que é importante para pagar as dívidas, salários e fornecedores –, mas, a preservação da vida e o amor ao próximo são as coisas que mais importam neste ano”, afirma a empresária.

Com a experiência adquirida com a pandemia, desde março de 2020, a empresária deixou de reforçar os estoques dos artigos mais procurados neste período. “Não fiz compromissos para essa data, mas terei condições de atender quem precisar desses assessorios, uma vez que o perfil da loja atende essas demandas”, explica Myrian.

A redução de 40% nas vendas no ano passado também motivou a empresária Gilvana Magalhães a não abastecer sua loja, Fábrica Festas, com artigos carnavalescos.

“Eu ficaria surpresa se tivesse carnaval este ano e particularmente fiquei feliz com o cancelamento dos eventos. Eu nem me preparei para essa data, direcionamos os nossos produtos para outro nicho, o que tem ajudado a manter a empresa na pandemia”, pondera Gilvana.

O novo nicho que a empresária tem reforçado estoques é o de fantasias, que teve um aumento da demanda por professores e alunos. “Com a pandemia, muitos professores precisaram inovar para garantir um bom aprendizado. O uso de fantasia para aulas temáticas, por eles e até pelos alunos, tem ajudado neste processo”, explica a dona do estabelecimento.

Gilvana relatou também que os próprios fornecedores já esperavam o cancelamento das festas e que há certa dificuldade em encontrar fornecedores para artigos mais procurados. “Não tem fantasia nova para o carnaval, os fornecedores estão com estoques e vendem o que têm”.

Apesar das dificuldades enfrentadas no ano passado, a empresária se diz confiante com o futuro. “Não vamos recuperar as perdas de 2020, mas estamos felizes por não termos fechado. Acredito que se chegamos até aqui não fecharemos mais, mas teremos uma retomada difícil para os negócios deste ano. A cautela e a criatividade têm que ser maiores que em 2020, pois deixamos de contar com a ajuda do auxílio emergencial”, prevê Gilvana.

Eventos cancelados

Mais de 98% das empresas do setor de eventos estão em dificuldades financeiras ocasionadas pela pandemia do novo coronavírus. Em Mato Grosso, estima-se que antes da pandemia o setor gerava 3 mil empregos diretos e 12 mil indiretos. Mesmo apoiando o cancelamento da festividade de carnaval, o Sindicato de Eventos e Afins de Mato Grosso (Sindieventos-MT) cobra medidas que viabilizem outros eventos.

“Entendemos que não deve ter carnaval, em razão de aglomeração. Porém, a nossa reclamação é para a criação desse cenário de incerteza e insegurança jurídica, que gera cancelamento de eventos mesmo que controlados, como feiras comerciais e palestras, por exemplo, que acontecem com limite de pessoas e seguindo medidas de biossegurança”, reclama Alcimar Moretti, presidente do Sindieventos-MT.

Alcimar, que há 20 anos trabalha com eventos no estado, relata que a situação é desesperadora e o fechamento é generalizado. Antes da pandemia, a média de

eventos realizados pela empresária por ano era de até 50, mas em 2020 sua empresa realizou apenas cinco.

“Para ter uma ideia, o meu primeiro evento do ano está marcado para agosto. O setor de eventos está quebrado. Por causa dos decretos, feiras que estavam agendadas foram canceladas e os patrocinadores têm medo de associar suas marcas a eventos”, desabafa.

Nesta semana, a diretoria do sindicato se reuniu com o presidente da Assembleia Legislativa de Mato Grosso (ALMT), Eduardo Botelho, em busca de apoio institucional devido aos impactos negativos ao setor diante de novas imposições do governo do Estado. “Precisamos urgentemente de medidas que aliviem as consequências geradas no nosso segmento durante todos esses meses”, afirma.

Para o empresário Jaime Okamura, a publicação de medidas restritivas não são suficientes. “A questão é que falta conscientização individual, não adianta publicar regras se não tem condições de fiscalizar. O estabelecimento

cumpra todos os protocolos, mas sempre há quem não quer cumprir e quem paga por isso é quem está respeitando as regras”, aponta.

A presidente do Sindieventos-MT lembra que durante o período de campanha à reeleição, o prefeito de Cuiabá, Emanuel Pinheiro, prometeu ajudar os pequenos e médios empresários que fossem afetados pela pandemia, concedendo, em parceria com instituições financeiras cadastradas na prefeitura, empréstimos a juros zero, além de outros benefícios, como isenção de alvará e IPTU.

“O setor aguarda algum benefício tanto do poder público municipal quanto estadual, pois não temos outra possibilidade a não ser recorrer às autoridades competentes e implorar para poderemos voltar ao trabalho”, afirma Alcimar.

O setor é composto por operadores turísticos e agências de viagem, aluguel e montagem de estruturas para eventos, bares e restaurantes, hospedagem, publicidade e propaganda, segurança privada e serviços gerais e de limpeza.

atos de órgãos públicos”, aponta Manoel Procópio, vice-presidente da Fecomércio-MT.

A partir do decreto municipal, que tornou os dias de carnaval dias úteis, a expectativa do comércio na capital é de aumento nas vendas.

“Algumas lojas mais especializadas para o segmento festas terão as vendas prejudicadas, mas olhando o comércio e a economia como um todo, essa experiência de não fechar faz do carnaval uma data positiva”, prevê Fábio Granja, superintendente da CDL-Cuiabá.

Conforme a prefeitura de Cuiabá, o veto das

atividades carnavalescas e a conversão dos pontos facultativos (15, 16 e 17 de fevereiro) em dias úteis é uma medida de biossegurança.

“Não é momento de fazer festa ou se aglomerar. Temos que ter prudência e, se Deus quiser, no ano que vem, Cuiabá deve retornar com essa grande festa popular brasileira. Espero que todos tenham consciência sobre o quanto é importante nós não participarmos de qualquer tipo de evento, até que todos tenham sido imunizados e que esse momento passe logo”, disse o prefeito Emanuel Pinheiro.

DOSES DE DISCÓRDIA

Após questionamentos sobre o suposto sumiço de mais de 30 mil doses de imunizantes, o Estadão Mato Grosso foi atrás da resposta

O "escândalo" das vacinas em MT

Tchêlo Figueiredo/ Ilustração

**Gabriel Soares**

A distribuição das poucas vacinas que Mato Grosso recebeu até o momento causou um grave problema político na última semana, após o deputado estadual Ulysses Guimarães (PSL) questionar o suposto sumiço de mais de 30 mil doses do imunizante.

Levados pela emoção do momento, o deputado e o secretário de Estado de Saúde, Gilberto Figueiredo, chegaram a trocar adjetivos nada republicanos por meio da imprensa. No fim, Ulysses denunciou à Polícia Federal e ao Ministério Público o tal desaparecimento da vacina.

Apesar de todo o rolo, a pergunta continua no ar: onde estão as doses da vacina? O Estadão Mato Grosso foi atrás da resposta.

No documento enviado ao governo, Ulysses aponta que a Resolução nº 01, que trata da distribuição das 126.160 doses de Coronavac recebidas no primeiro lote de imunizantes, detalha apenas a destinação de 91.762 doses. Assim, ficariam faltando 34.398 doses da Coronavac, que causaram todo esse 'auê'.

A princípio a informação divulgada pelo deputado parece correta. Contudo, uma análise minuciosa dos documentos mostra que se trata de um erro de interpretação cometido pelo parlamentar e sua assessoria, devido à divulgação imprecisa dos dados por parte do governo.

Após um longo questionamento à Secretaria de Estado de Saúde (SES), a reportagem descobriu que o quantitativo que consta na tabela de destinação de vacinas aos indígenas diz respeito apenas ao tamanho da população. Assim, é preciso dobrar o valor, já que são duas doses da vacina.

"A população indígena a ser vacinada em Mato Grosso é de 28.758 pessoas, conforme estimativa do próprio Mi-



Mato Grosso recebeu 30 mil doses do imunizante contra o novo coronavírus, que supostamente teriam 'sumido'

nistério da Saúde. Por essa razão, 57,5 mil doses são destinadas exclusivamente a esse público", disse a SES, em resposta aos questionamentos do Estadão.

Assim, a atualização dos dados da Resolução nº 01 revela que foram distribuídas 57.516 doses de Coronavac à população indígena e mais 63.004 para os municípios vacinarem os gru-

pos prioritários da fase 1. Isso totaliza 120.520 doses distribuídas no primeiro lote.

Até aqui faltam apenas 5.640 doses e não 34.398, como disse o deputado. E onde foram parar essas 5 mil doses? Elas foram devolvidas à Central de Frio do governo estadual, onde aguardam nova destinação. E parte delas já foi utilizada.

Cerca de uma semana após a distribuição da vacina para os municípios, no dia 25 de janeiro, a Secretaria de Saúde decidiu usar 4 mil doses remanescentes do primeiro lote para vacinar os agentes de saúde que estão na linha de frente do combate à pandemia, atuando nos hospitais Metropolitanos, Estadual Santa Casa e Pronto-Socorro Municipal de

Cuiabá (HMC), além do pessoal que trabalha no Centro de Triagem.

Segundo a SES, as 1.640 doses restantes continuam guardadas na Central de Frio. Elas fazem parte da reserva de emergência determinada pelo Ministério da Saúde e só podem ser utilizadas depois que for concluída a vacinação dos grupos prioritários.

EM FEVEREIRO

Conta de luz seguirá com bandeira tarifária amarela

Pedro Rafael Vilela - ABR

A bandeira tarifária das contas de luz permanecerá na cor amarela em fevereiro, informou a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Com isso, o preço da energia fica em R\$ 1,34 para cada 100 quilowatts consumidos por hora. O valor é o mesmo que havia sido estabelecido para janeiro.

Segundo a agência, apesar de fevereiro ser

um mês tipicamente mais chuvoso, os reservatórios das hidrelétricas seguem em recuperação lenta, o que demanda maior contenção do consumo.

"A combinação de reservatórios baixos com a perspectiva de chuvas abaixo da média histórica sinaliza patamar desfavorável de produção de energia pelas hidrelétricas, pressionando os custos relacionados ao risco

hidrológico (GSF)", informou a Aneel.

O sistema de bandeiras é utilizado para gerir o valor cobrado aos consumidores a partir das condições de geração de energia. Quando o quadro piora, a bandeira pode ser alterada em uma escala que vai de verde (sem taxa extra) para amarela (taxa extra de R\$ 1,34 por 100 Kw/h) e, no pior cenário, para a vermelha (R\$ 6,2 por 100 Kw/h).

EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Inscrições estão abertas para cursos a distância por módulos

Da redação

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon), por meio da Escola Nacional de Defesa do Consumidor, está com inscrições abertas para cursos à distância sobre Educação Financeira.

Poderão se inscrever membros do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor ou qualquer pessoa maior de 16 anos. Os participantes receberão certificado de extensão pela Universidade de Brasília (UnB).

Todos os cursos ocorrem na modalidade a distância e são divididos por módulos.

SERÃO OFERTADOS: Planejar para realizar Sonhos; Dominando emoções e criando novos hábitos e Inteligência financeira; Saia do Sufoco; Práticas Abusivas; e Vício do Produto e do Serviço. Os cursos terão carga horária de 20 horas semanais, com duração de quatro semanas.

Os cursos "Crimes contra relações de Consumo" e "Crimes contra as Relações de Consumo e Consumo Seguro e Saúde" terão 40 horas semanais, com duração de seis semanas.

As inscrições podem ser feitas até o dia 22 de fevereiro no portal Defesa do Consumidor (www.defesadoconsumidor.gov.br)

FUNGETUR

Linhas de crédito destinadas aos empreendedores do turismo

Livia Rabani / Desenvolve MT

Os micro e pequenos empresários que atuam no trade turístico de Mato Grosso já podem se cadastrar para obter financiamentos do Fundo Geral do Turismo (Fungetur).

A linha de crédito integra as ações previstas pela Agência de Fomento do Estado de Mato Grosso - Desenvolve MT para 2021. Os investimentos previstos para o setor neste ano são de R\$ 17 milhões.

Criado no ano passado, através da Lei 14.051/2020, o Fungetur se destina a prestadores de serviços inscritos no Cadastro dos prestadores de serviço do turismo (Cadastur) e pode ser usado em projetos, capital de giro e na aquisição de máquinas e equipamentos.

A linha de crédito é repassada pelo Ministério do Turismo e é voltada para micro e pequenos empresários que atuam nos ramos de hotelaria, gastronomia, eventos, serviços, receptivos e transportes que possuem registro no Cadastur.

O cadastro pode ser feito no site do Ministério do Turismo (www.cadastur.turismo.gov.br) sem custo ao empreendedor.

Proprietário da Naturalis, empresa que oferece alimentação saudável há 13 anos em Rondonópolis (210 quilômetros de Cuiabá), Alexandre Gálvani é um dos beneficiários do crédito da Desenvolve MT nesse período.

O empresário conta que descobriu a Agência por meio de um grupo de empresários e foi em busca do capital de giro para manter seu negócio aberto durante a pandemia. "Muitos me diziam que não seria possível conseguir o financiamento, mas eu acreditei, fui atrás da documentação e deu certo. Estou muito satisfeito e já penso em novos negócios para o futuro", disse.

Assim como Alexandre, mais seis empresários já se beneficiaram com R\$ 4,69 mil em linhas de crédito destinadas aos empreendedores do turismo no mês de janeiro.

O QUE PODE SER FINANCIADO

- **Obra civil:** para implantação do negócio, modernização e reforma;
- **Bens:** aquisição de bens e compra de máquinas e equipamentos;
- **Giro:** capital de giro;
- **Veículos Utilitários.**

RETOMADA

35% dos empregos vêm do agro

Da redação

Há 10 anos o agro-negócio brasileiro não gerava tantos empregos quanto em 2020. Conforme dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), o setor abriu 61.637 mil vagas de trabalho entre janeiro e dezembro do ano passado. Desse total, 35,6% das vagas foram geradas em Mato Grosso, campeão nacional na produção de grãos e detentor do maior rebanho bovino do país.

"Apesar da pandemia e dos resultados abaixo dos esperados para o mercado de trabalho no Brasil em 2020, o setor agropecuário apresentou a maior geração de novas vagas de trabalho dos últimos 10 anos. Em 2020 a expansão foi de 142.690 novas vagas de trabalho no somatório de todos os setores da economia brasileira. O setor agropecuário abriu 61.637 novas vagas, sendo o melhor resultado desde 2011 quando a

expansão no mercado de trabalho do setor foi de 85.585 vagas, em meio à criação de 2 milhões de novas vagas no Brasil", destaca o Comunicado Técnico da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA Brasil).

A agropecuária foi o terceiro setor que mais gerou vagas de trabalho em 2020. O cultivo de soja e a criação de bovinos lideraram o ranking de expansão de vagas por atividade agropecuária, gerando, respectivamente, 13.396 e 11.598 vagas.

Neste momento, em todo o país, trabalhadores do agro estão nos campos colhendo mais de 127,5 milhões de toneladas de soja da safra 2020/21, que teve produção 2,2% maior em comparação à temporada anterior, atingindo um novo recorde.

Em Mato Grosso, a demanda por mão de obra precisou ser reforçada para a colheita, já que o estado é responsável por 26,5% de toda

produção nacional. São mais de 33,9 milhões de toneladas que devem sair das lavouras do estado graças ao trabalho de caminhoneiros.

A soja é apenas um dos produtos de Mato Grosso, que demanda mão de obra nos campos também para outros cultivos. Em plena crise econômica mundial, em 2020, o setor gerou riquezas e encerrou o ano com 890.491 empregos formais, um saldo positivo de 21.970 novas vagas na comparação com 2019.

DESEMPREGO - De acordo com a Pnad Contínua, a taxa de desemprego foi de 14,1% no trimestre encerrado em novembro de 2020. A taxa foi a mais alta para esse trimestre móvel desde o início da série histórica da pesquisa, em 2012. Na comparação com o mesmo trimestre do ano anterior (11,2%), o aumento é de 2,9 pontos percentuais. O número de desempregados foi estimado em 14 milhões.

INFLAÇÃO EM DISPARADA

Elevação dos preços durante a pandemia fez o custo da alimentação crescer rapidamente; cesta básica já consome 55% do salário mínimo

Preço da cesta sobe 20% em 2020

Gilberto Leite



tou 20,6%, saindo de R\$ 506,90 em janeiro de 2020 para R\$ 611,30 em janeiro de 2021. Um aumento de mais de R\$ 100 em apenas um ano.

As famílias que sobrevivem com renda mensal de R\$ 1.100 gastaram 55,5% dela na compra de alimentos durante o mês de janeiro. Em janeiro de 2017, a cesta básica consumia 43,8% do salário mínimo da época (R\$ 937).

Consultado pela reportagem, o economista Vivaldo Lopes afirmou que a tendência é que esse percentual da renda mínima destinado à alimentação continue em crescimento.

“Nesse período comparado, o valor do salário mínimo ficou abaixo do aumento dos produtos da cesta básica, sendo que ela é um componente forte para a inflação – especialmente em 2020, que ficou com valor acima. O salário passou a ser reajustado apenas pela inflação, no caso o INPC. Isso, ao longo do tem-



Em 2020, a cesta básica em todo o país sofreu constantes reajustes e em janeiro deste ano já compromete 55% da renda

po, mostra que se antes o item alimento consumia 43% da cesta básica, agora precisa-se de 55% e a tendência é que esse comprometimento aumente”, explica.

Neste ano, a própria correção do salário mí-

nimo ficou abaixo da inflação. Em dezembro de 2020, ao anunciar o valor do salário mínimo de R\$ 1.100 para este ano, o governo federal usou como base para o reajuste a previsão de uma inflação (INPC)

de 5,22%. Na ocasião, os dados da inflação do ano ainda não tinham sido computados. No início de janeiro deste ano, o IBGE calculou um resultado da inflação no ano em 5,45%. Para não ter perdas inflacio-

nárias, o salário de 2021 deveria ser de R\$ 1.102.

“Cada vez mais a pessoa que vive de salário mínimo tem que comprometer uma parte maior de sua renda só para viver, ou seja, com comida”, destaca Vivaldo.

Da redação

Nos últimos cinco anos, a cesta básica ficou 50% mais cara na capital mato-grossense, Cuiabá. O conjunto dos 13 produtos e porções adequadas para alimentar uma família com quatro pessoas (dois adultos e duas crianças) fechou o primeiro mês do ano cotado a R\$ 611,30. Em 2017, o valor era R\$ 411,30. O preço da cesta básica atual, associado ao salário mínimo do ano, consumiu mais de 55% da renda básica do brasileiro.

No comparativo com o ano anterior, o custo da cesta básica sal-

PREPARE O BOLSO

Preço dos alimentos continuará em alta em 2021

Da redação

A alta no custo com alimentação segue assombrando a renda da população mais vulnerável em Cuiabá. De dezembro do ano passado para janeiro de 2021, os produtos mais caros foram para o tomate (alta de +20%), o feijão (+6,4%), a batata e o açúcar, os dois com alta de 3,2%. Os dados são do Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (Imea).

Ao longo de 2020, os itens básicos de alimentação sofreram constantes reajustes em todo país, o que pressionou a inflação do ano. Parte desse comportamento teve influência do pagamento do auxílio emergencial.

“De abril a dezembro, o auxílio emergencial ajudou na produção de renda, mas, por outro lado, o benefício contribuiu para o aumento no preço dos alimentos. Vimos que, com ele,

as pessoas passaram a comprar mais comida, o que fez com que o preço do óleo, da carne e do arroz (só para citar alguns) se elevassem. Porém, o que mais pesou na cesta dos produtos básicos da alimentação foi e está sendo a demanda externa”, analisa o economista Vivaldo Lopes.

No ano passado, as exportações de carne bovina, in natura e processada, cresceram 8% no volume e 11% na re-

ceita. Os maiores volumes foram comprados pela China, que teve um acréscimo de 7,5% na movimentação e 10,5% na receita, ante 2019. Já a exportação do arroz cresceu 169,5% em 2020 quando comparada a 2019.

Dos dois fatores que influenciaram o aumento do custo com alimentação no ano anterior, um deixou de existir em 2021. O auxílio emergencial, que garantiu renda para mais

de 63,5 milhões de brasileiros na pandemia, não foi renovado. No entanto, o economista alerta que a retirada do auxílio não deve reverter as crescentes altas com alimentos.

“Dados iniciais apontam para uma inflação ainda alta neste ano, porque a pressão das exportações sobre os preços dos alimentos continua e não vislumbramos uma retomada dos empregos tão forte”, avalia.

Para amenizar essa situação, o economista aponta três medidas que deveriam ser tomadas pelo governo federal. Duas são paliativas: melhorar os pagamentos do Bolsa Família e retomar o auxílio emergencial, nem que seja de R\$ 300, até que os empregos voltem a surgir. “A terceira, para retomar as atividades, é acelerar a vacinação, pois essa não é apenas uma questão sanitária é um fator econômico relevante”, concluiu.

DADOS MAPA

Número de empresas abertas no país aumenta em 2020

Luciano Nascimento / ABR

O número de empresas abertas em 2020 aumentou 6% em relação ao ano de 2019. É o que mostra o boletim anual do Mapa de Empresas, divulgado na última terça-feira (2) pelo Ministério da Economia. No ano passado, foram abertas 3.359.750 empresas no país e fechadas 1.044.696, o que deixou um saldo positivo de 2,3 milhões de empreendimentos ativos. O número de empresas fechadas também apresentou uma queda de 11,3% em relação ao ano anterior.

No total, o país fechou 2020 com 19.907.733 empresas ativas, o que representa crescimento de 3,2% em relação ao segundo quadrimestre (maio a agosto) de 2020. Segundo a pasta, o número reflete as medidas tomadas pelo governo para facilitar a abertura de empresas em meio à pandemia da covid-19, que levou muitas pessoas a buscarem no próprio negócio uma oportunidade para gerar renda.

São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro são os estados que têm mais empresas ativas, com quase 50%. O secretário de Governo Digital do Ministério da Economia, Luís Felipe Monteiro lembrou que a maior parte dos empreendimentos está no setor terciário. “Nessas empresas abertas há uma predominância

daquelas que atuam no setor terciário da economia, especialmente comércio e prestação de serviços, que são mais de 80% de empreendimentos ativos no seguimento”, disse Monteiro.

O boletim mostra ainda que a maioria das novas empresas e de microempreendedores individuais (MEI). Foram registrados 11.262.384 MEIs ativos no final do terceiro quadrimestre de 2020, dos quais 2.663.309 abertos em 2020. Um crescimento de 8,4% em relação ao mesmo período de 2019.

De acordo com a subsecretária de Desenvolvimento das

Micro e Pequenas Empresas, Empreendedorismo e Artesanato, Antonia Tallarida, os dados dos últimos anos mostram que a abertura de MEIs tem elevado a taxa total de empresas abertas. Com isso, a taxa de representação total dos MEIs tem se elevado nas medições.

“Em 2019 os micro empreendedores individuais representavam 77,6% dos negócios abertos e, em 2020, a gente atingiu a marca de que 79,3% dos negócios abertos são MEIs”, disse.

Entre outros pontos, o boletim apura informações re-

lativas ao tempo médio de abertura de empresas, número de aberturas e fechamentos de empreendimentos, localização e atividades desenvolvidas.

Segundo o boletim, no terceiro quadrimestre do ano

passado o tempo médio para a abertura de uma empresa foi de dois dias e 13 horas o tempo médio para a abertura de empresas no terceiro quadrimestre de 2020. Em janeiro de 2019, o tempo médio era de cinco dias e nove horas.

Menor tempo de abertura

Luciano Nascimento / ABR

Entre os estados, Goiás é que apresenta o menor tempo médio para a abertura de empresas, e onde é possível registrar um empreendimento em um dia e duas horas. Na sequência, aparece Sergipe, com o tempo médio de um dia e cinco horas para a abertura da empresa.

Já os estados com o maior prazo de tempo para a abertura de um empreendimento são: O Rio Grande do Sul, onde se leva em média três dias e 20 horas para abrir uma empresa e Bahia, onde se leva, em média, seis dias e 20 horas. O estado, entretanto, vem apresentando uma evolução nesse prazo, diminuindo em 22 horas o prazo na comparação com o quadrimestre anterior (maio a agosto de 2020) para abrir uma empresa.

Entre as capitais, o destaque é Curitiba (PR), onde se leva, em média, 22 horas para

se abrir uma empresa. Em seguida, vem Macapá (AP), com um dia e uma hora. As capitais com maior prazo são Recife, onde se leva três dias e 16 horas para abrir uma empresa, e Salvador (BA), que apresenta o prazo médio de oito dias e 17 horas para finalizar o procedimento. A capital vem melhorando a cada quadrimestre, diminuindo o prazo em 24h em relação ao quadrimestre anterior.

O secretário especial adjunto de Desburocratização, Gestão e Governo Digital, Gleisson Rubin, disse que com as medidas adotadas para diminuir a burocracia, atualmente, cerca de 45,5% das empresas conseguem ser abertas em menos de um dia.

“São as [empresas] classificadas como de baixo risco, que respondem por 60% do total de registros e para as quais não existe a necessidade de obtenção de alvarás e licenças e de serviços”, disse.



Sebrae-SP

A maioria das novas empresas é de microempreendedores individuais (MEI), conforme registro de 2020